

São Paulo sofrerá com a interrupção da inspeção veicular

Por Elcio Luiz Farah*

Se, juridicamente, nada de novo acontecer nos próximos dias, a cidade de São Paulo dará adeus a um serviço essencial para a saúde da população e para o meio ambiente. Trata-se da inspeção veicular ambiental que, após enfrentar enormes dificuldades, foi implantada em 2008. Apesar de a medida não ter aceitação popular instantânea, ganhou o respeito da população graças à seriedade e profissionalismo com que vem sendo executada, além dos benefícios resultantes para a sociedade.

A inspeção veicular é parte essencial do conjunto de ações regulamentadas pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), com o objetivo de prevenir e controlar a emissão evitável de poluentes e de ruído da frota em uso. O propósito essencial da inspeção veicular é promover a prática da manutenção periódica, para que a emissão de poluentes atmosféricos e ruídos não se deteriore em níveis significativos ao longo do tempo. Ao medir indicadores da performance ambiental, a inspeção faz um *check up* da “saúde” do veículo. Se os resultados não estiverem de acordo com os padrões de referência, o veículo deve ser submetido aos reparos necessários, que em geral são simples e de baixo custo, e retornar para nova inspeção. Desta forma, é possível manter a frota sob condições controladas de emissão e, conseqüentemente, evitar impactos negativos ao bem-estar e saúde da população.

O sucesso do processo envolve uma complexa estrutura legislativa, técnica e operacional, que abrange não somente a empresa responsável pela inspeção, mas também o poder público, que deve regulamentar com sabedoria os critérios e exigências da inspeção e fiscalizar esse processo; o mercado de reposição de peças e componentes, que deve oferecer produtos adequados e de qualidade; a indústria de reparação, que deve desenvolver serviços eficientes de manutenção preventiva e corretiva; e, também, a mídia, que deve acompanhar e divulgar os resultados.

Infelizmente, a administração Haddad teima em não reconhecer, como deveria, a importância da inspeção ambiental veicular para a saúde da população. Com as mudanças introduzidas por uma Lei Municipal aprovada a toque de caixa, sem suficiente debate técnico e econômico, a periodicidade da inspeção foi alterada para veículos leves e motocicletas, reduzindo significativamente a sua efetividade e permitindo que haja aumento da poluição do ar na cidade.

Para completar a desastrada atitude, a Prefeitura, apostando na interrupção dos serviços de inspeção em 31 de janeiro, lançou tardiamente um edital, repleto de falhas técnicas, para contratar outros operadores que ofereçam o serviço. Caso a situação se

concretize e não haja nenhum atraso, a nova operação somente terá condições de estar em plena atividade a partir de outubro. O que ocorrerá neste tempo em que a inspeção será interrompida, inclusive no período de inverno, quando a poluição do ar atinge os seus índices mais elevados?

Os riscos de aumento na incidência de doenças e de mortes prematuras associadas à poluição do ar, comprovados por inúmeros estudos científicos, são reais e poderão ocorrer, resultando em perdas importantes para a sociedade. Concorrer deliberadamente para o aumento da poluição é considerado crime ambiental, e a Prefeitura poderá ser responsabilizada por isso e pelas suas consequências. Mas ela ainda pode mudar o rumo deste processo, e permitir a continuidade dos serviços. Neste momento em que o caixa municipal está abaixo das expectativas do prefeito, esta também seria uma medida de economia. Reconhecer e consertar o erro de submeter a população a níveis de poluição mais elevados seria, acima de tudo, uma demonstração de respeito pelo povo.

**** Elcio Luiz Farah é engenheiro mecânico, com pós-graduação pela Faculdade de Saúde Pública da USP, e diretor-executivo da Afeevas (Associação dos Fabricantes de Equipamentos para Controle de Emissões Veiculares da América do Sul)***